

CIDADES, TEMPO E HISTÓRIA: DO IMAGINÁRIO DA CIDADE ANTIGA PACÍFICA E PERFEITA À VIOLÊNCIA E FASCÍNIO DA METRÓPOLE PÓS-MODERNA

José Mauriene Araújo Felipe (Doutorando em História – PPGHis/UFES)

RESUMO

Examinam-se representações das cidades através dos tempos históricos a partir da análise de dois eixos contextuais, quais sejam: o ideal de perfeição, pacificidade e sacralidade da cidade antiga e o confronto daquele com o ideal iluminista de cidade progressista e de sua repercussão na realidade violenta, consumista e fetichista no cotidiano das metrópoles pós-modernas. Comprova-se que nesses dois contextos aparentemente excludentes transita o ser humano em pleno processo de transformação, numa busca permanente para adequar-se aos espaços geográficos minados pelas mega-cidades e às mudanças decorrentes do aumento populacional e das revoluções técnico-científicas ininterruptas. O imaginário que se pressupunha ser exclusivo da cidade antiga continua alimentando o pensamento do homem na Pós-Modernidade. Objetiva-se trazer para o debate uma problemática abordada por historiadores da atualidade, numa busca incessante para apreenderem teoricamente os múltiplos significados das cidades, seus desafios, sua expansão incontrolável, bem como o lugar e o papel do homem nas cidades de hoje. Utiliza-se o método historiográfico, tendo-se como base técnicas da investigação científica em história.

Palavras-chave: Cidades; História; Imaginário; Antiguidade; Pós-Modernidade.

ABSTRACT

Representations of the cities are examined from the ancient past to the updated times. This work is based on the analysis of two contextual axes as follow: the ideal of perfection, quiet and sacredness into spaces of ancient town, and the confrontation of that imagination with the enlightenment ideal of progressive city and its impact on the violent, consumerist and fetishistic reality in the postmodern metropolis daily life. It is confirmed that in the heart of these two seemingly exclusive contexts the human being goes into the past and comes back to today's process of transformation, in a permanent quest to be adapted to geographical spaces which are undermined by mega-cities, and by arising changes of the increasing population in face of the technical-scientific revolutions. The imaginary which was presupposed to be devoted only to the ancient town is still feeding the thought in Post Modernity. The goal is to bring out a

problematic which is discussed by historians, in a relentless pursuit to seize theoretically the multiple meanings of the cities, their challenges, their unstoppable expansion as well as the place and role of men in the cities nowadays.

Keywords: Cities; History; Imaginary; Antiquity; Post Modernity.

I – Introdução

Ao longo dos tempos históricos, a concentração de seres humanos no processo de formação das cidades tem-se apresentado como problemática sobre a qual estudiosos, tanto da Antiguidade quanto dos dias atuais, vêm-se debruçando, numa busca incessante para entenderem as múltiplas representações dos centros urbanos de qualquer época. Desde a "invenção" da aldeia ou da vila, os centros de concentração ou aglomeração humana passaram por transformações previsíveis e inesperadas, causando impactos diversos nos espaços geográficos em que foram estabelecidos. A evolução nas dimensões geográficas, arquitetônicas e urbanísticas das cidades revolucionariam a vida e o cotidiano de seus personagens (sujeitos e atores), ao mesmo tempo em que as relações sociais nesse cotidiano contribuiriam para a geração de um processo permanente de teias de poder que proliferaram na proporção em que as populações aumentavam e se estratificavam. A "máquina" urbana tornar-se-ia assaz complexa para se dar conta da totalidade de inúmeros ramos e rumos de práticas que se multiplicaram incontrolavelmente na "vaguidão" do social (CASTRO, 1997), apreensíveis apenas por meio de sínteses alegóricas.

Para pensadores da História, da Filosofia e da Antropologia, por exemplo, a "invenção" das cidades seria inevitável. Quando o homem deixou de ser caçador, nômade e acomodou-se em pequenos aglomerados, nasceu a aldeia ou a vila e com isso surgia a forma de vida sedentária. A partir de então, as relações sociais e de poder mudariam drasticamente. Questões de ordem política, econômica e religiosa (entre outras) seriam fundamentais no processo de desenvolvimento e, também, de decadência das cidades ao longo dos séculos. Das formas e dos modelos ancestrais de aglomeração humana; da invenção racional da *polis* grega; dos ideais religiosos das cidades sagradas – de sua proteção às contradições que contribuiriam para sua destruição –, até a real concretização de sua monumentalidade (MUMFORD, 2008), as cidades nasceram para serem "eternizadas" nos espaços e tempos históricos do denominado *homo sapiens sapiens*¹, isto é, do homem moderno, ou do "[...]

¹ Nos estudos históricos (auxiliados pela paleontologia, arqueologia e antropologia) mais atualizados sobre as origens da espécie humana, postula-se que "O Homo Sapiens é uma espécie que surgiu entre 190.000 e 160.000 anos atrás. Essa é uma das últimas variações da espécie humana antes da evolução para o homem moderno, o chamado *Homo sapiens sapiens*" (JULIANA, 2016, p. 1). Enquanto o *homo sapiens* quer dizer "homem sábio", já o *homo sapiens sapiens*, ou seja, o homem moderno, significa "homem que sabe o que sabe". Este seria descendente do *homo sapiens* e teria aparecido cerca de 40.000 anos atrás. A consciência de "saber o que sabe" permitiu ao denominado homem moderno desenvolver habilidades excepcionais, as quais lhe permitiriam um maior domínio sobre o meio

homem que sabe o que sabe [...]" (BEZERRA, 2015, p. 2).

Na Modernidade, as cidades mudariam radicalmente em consequência de fatores diversos, tais como: a capitalização e industrialização do mundo, a revolução demográfica, as revoluções tecnológicas e científicas, entre outros. Nessa instância, a cidade mãe, que "só" amparava, também passou a ser madrastra. Com o aumento populacional, surgiram as metrópoles e as megalópoles. Da segurança à violência, o fascínio pelos espaços densamente povoados fez do homem criador e civilizador seu beneficiário e também sua vítima. A cidade pós-moderna nunca se mostra por completo: ela comporta mitos e lendas urbanas; ela é de "todos", mas não se subjeta a ninguém. Seu gigantismo a tornou em objeto de sedução, de esperanças, de projeção, sucesso, aventuras, desventuras e decepções.

II – Do imaginário da cidade perfeita na Antiguidade à ideologia religiosa de segurança e pacificidade eterna na Cidade de Deus

A idealização orientada para a construção da cidade perfeita é tão remota quanto o surgimento das primeiras civilizações. Enquanto pensamento, essa ideia se antecipa aos projetos arquitetônicos de construções urbanas que abrigarão populações organizadas sob formas diversificadas de governo, em diferentes épocas. Qual espírito indissociável das mais antigas utopias, essa ideologia vem contribuindo para fazer brotar no espírito humano ambições motivadas tanto por crenças religiosas, quanto por política, economia, estratégias bélico-administrativas ou tão somente para fins culturais.

No que concerne ao ideal de cidades perfeitas, o pensamento de que os deuses elegem seus representantes na terra para construir e administrarem (sob a justiça divina) urbes celestiais domina o imaginário da humanidade até os dias atuais. Cita-se que "Um dos mais estranhos episódios da Antiguidade teve início em 1377 a. C., quando Amenófis IV [...] estabeleceu a adoração de uma única divindade, o deus-sol Aton. Passou a denominar-se [de] Akenaton, que significa: 'Aquele que agrada a Aton', e fundou uma nova capital" (DROWER, 1975, p. 68). Contra tudo e todos, esse faraó "repudiou" o modelo politeísta tradicionalmente dominante e fundou formalmente a primeira religião monotéica de que se tem notícia. Para tanto, uma cidade monumental deveria ser edificada: Aquetaton (a cidade do horizonte de Aton). É fato histórico que Akenaton construiu (no Baixo Egito) a cidade de seus sonhos, ou melhor, a cidade do deus-sol Aton. Tão segura quanto uma fortaleza celestial, a nova capital foi edificada em tempo recorde. Considera-se o ideal e a concretização de Aquetaton, em época tão remota, exemplo de um desafio de proporções incalculáveis e que em pleno século XXI permeia o ideário político de governos que se dizem 'preocupados' com a administração e

ambiente, dando-lhe a oportunidade para melhor adaptação de seu modo de vida. "O *homo sapiens sapiens* é, na verdade, uma subespécie do *homo sapiens*. [...] Sua superfamília é a *hominioidea* e a família *hominidea*, sendo do gênero *homo*. O significado do nome dado a essa subespécie é 'homem que sabe o que sabe', o que faz referência a principal característica desses seres: o pensamento" (BEZERRA, 2015, p. 2).

segurança urbana de multidões populacionais que habitam grandes cidades do mundo contemporâneo – ou mundo pós-moderno.

Em um sentido que se opõe ao ideal egípcio de cidade governada por um representante do deus-sol monotéico Aton (ou de representantes de muitos deuses – vertente politeísta), o modelo clássico da *polis* grega surgiu como resultado do raciocínio de pensadores dotados de visão voltada para o nascimento de homens livres. No cerne de seus princípios, a cidade grega caracterizava-se por ser antes uma república do que a concretização da vontade dos deuses. O ideal da *polis* clássica objetiva “A liberdade e o florescimento da personalidade humana, bem como a do cidadão, recomenda logicamente a adoção de instituições políticas que concedem direitos iguais a todos os membros do corpo cívico” (CROUZET, 1993, p. 176). Na busca de maior compreensão do ideário ou pensamento grego da cidade-estado (dotada de autonomia e, portanto, independente de um governo central nacional), depara-se com a distinção muito clara entre fronteiras territoriais e fronteiras humanas. No âmbito do território interior humano assenta-se o ideal excepcionalmente superior, na forma de pensamento que coloca o homem acima dos projetos meramente urbanos. “A polis grega [...] não é o território, mas a coletividade dos cidadãos: a integridade de suas fronteiras humanas é, pois, muito mais importante do que a de suas fronteiras territoriais” (CROUZET, 1993, p. 179), ou seja: a instituição de fronteiras geográficas dependiam do ser ontológico.

Independente de suas peculiaridades, a *polis* grega exerceria forte influência sobre os romanos e, em consequência, a cultura desses dois povos conjuntos seria decisiva para o nascimento do Ocidente². Vale ressaltar que a cultura grega foi a que mais motivou na formação do povo romano. Não obstante, historicamente sabe-se que a mais extraordinária cidade do *Lácio* foi crivada por influências culturais de outros povos. Como exemplo, cita-se a marcante influência da civilização etrusca³ na formação de Roma do período da realeza – de 753 a 509 a. C. Entretanto, de acordo com Grimal (1984), o nascimento de Roma está envolto por lendas míticas. Segundo consta, seu surgimento decorreu de ‘vontade’ divina, isto é, da vontade de deuses e de heróis greco-romanos. “A fundação de Roma está rodeada de lendas. Os historiadores contam que Rômulo e o seu irmão, Remo, [...] pouco depois de nascerem, foram milagrosamente amamentados por uma loba saída dos bosques” (GRIMAL, 1984, p. 18). Como se sabe, essa loba (também símbolo da cidade nascente) fora enviada por Marte, deus

² Para mais conhecimento sobre a “romanização” da Europa na Antiguidade Clássica, recomenda-se a leitura das obras de Pierre Grimal (1984) e de Edward Gibbon (2003).

³ Na realidade, “[...] a vida cultural de Roma foi fortemente influenciada pela civilização da Etrúria, fato plenamente admitido pela tradição. Por exemplo, as insígnias reais, em particular os *faces*, feixes de varas e machados que simbolizavam os poderes terríveis do detentor do *imperium*, foram adaptados da Etrúria, assim como os jogos, a cerimônia do triunfo e certas práticas e cultos religiosos. Roma importava produtos etruscos [...] A influência etrusca é também evidente na arquitetura e nas obras decorativas e a presença de artífices etruscos é [também] assinalada pela história [...]” (CORNELL; MATTHEWS, 1996, p. 23). Mais informações podem ser encontradas no Capítulo II – Da República ao Império, da obra “A Civilização Romana”, de Pierre Grimal (1984).

da guerra e pai dos gêmeos. Fato curioso, tempos depois Rômulo mataria seu irmão Remo e, em seguida, fundaria Roma. Ao mesmo tempo em que o povo romano se orgulharia de suas origens divinas, e de serem também “os filhos da Loba”, a sombra trágica do fratricídio histórico pairaria por sobre o inusitado processo de nascimento, apogeu, declínio e queda daquela que seria a primeira e única metrópole⁴ da Antiguidade – Roma, centro do encontro de todos os caminhos do mundo conhecido à época.

A queda de Roma, ou melhor, o fim do Império Romano do Ocidente, em 476 d. C., viabilizaria de modo definitivo a instauração e assentamento da ideologia teológica do monoteísmo cristão, emblemado na forma da Santíssima Trindade: Pai ou Deus, Filho ou Jesus Cristo e Espírito Santo. Era “[...] o triunfo final do grupo ortodoxo dos cristãos e a destruição final e efetiva do paganismo” (GIBBON, 2003, p. 391). A partir de então, duas correntes antagônicas de pensamentos – a ética grega e o seu ideal de liberdade do homem *versus* a moral religiosa judaico-cristã e seus dogmas de homem nascido do pecado e, portanto, amaldiçoado a viver para sempre do suor de seu trabalho – seriam forçadas a coexistirem paralelamente, na modalidade de um “ser” de dupla face. A civilização ocidental passaria por um longo período de metamorfoses. As luzes da *polis* grega foram temporariamente apagadas por cerca de 1000 anos e, em seu lugar, a metrópole romana seria banhada pela luz divina e monotéica do que viria a ser o cristianismo no Ocidente.

Foi em meio à transição do declínio já avançado do Império Romano para sua queda no Ocidente que os representantes e seguidores do Messias instalariam em Roma a Cidade de Deus, seguindo o pensamento agostiniano⁵. Inere-se que com a introdução e adoção do ideal de cidade celestial – a urbe perfeita –, preconizado por Santo Agostinho, deu-se uma inversão de caráter revolucionário na concepção de cidade enquanto espaço político republicano e autônomo, econômico e sociocultural. A partir de então, a urbe é dividida em “cidade terrena” e “cidade divina”, gerando assim dois tipos de amor, quais sejam: (a) O amar a si mesmo, representante do mal, do terreal, material, pecaminoso; e (b) O amar a Deus, representação do bem, do celestial, espiritual, bondoso. “Isso vale tanto para o homem como indivíduo quanto para o homem que vive em comunidade com os outros homens. O conjunto dos homens que vivem para Deus constitui a *cidade celeste*” (REALE e ANTISERI, 1990, p. 458). Fica óbvio que o indivíduo, ou conjunto deles, que vive para amar a si mesmo constitui a

⁴ De acordo com os postulados de historiadores das sociedades clássicas, a civilização romana foi essencialmente urbana. Após a revolução de 509 a. C., a “[...] aristocracia rural não tardou a ser absorvida pela cidade (GRIMAL, 1984, p. 187). Foi com o nascimento do Império que “[...] Roma se [tornaria] a maior cidade do mundo, mais vasta do que Pérgamo, Antioquia ou mesmo Alexandria [...]” (GRIMAL, 1984, p. 163). Sua população ultrapassaria pouco mais de um milhão de habitantes.

⁵ Aurélio Agostinho, isto é, Santo Agostinho (354-430), nascido na pequena cidade de Tagasta, na Numídia, tendo lecionado em Roma, Milão e em muitas outras cidades ao redor do Mediterrâneo, é autor de elevado número de obras teológico-filosóficas, dentre as quais a mais famosa e considerada sua obra-prima apologética é *A Cidade de Deus* (escrita entre 413 e 427). “[...] com seu pensamento e a sua tenaz obra, ele determinou uma reviravolta decisiva na história da Igreja e do pensamento do Ocidente” (REALE e ANTISERI, 1990, p. 429).

cidade pagã romana, modelo de todos os males das cidades terrenas modernas, onde habitam tanto o indivíduo quanto as massas formadas pela aglomeração de pessoas que aspiram ao ideal grego de liberdade individual e de florescimento e aperfeiçoamento da personalidade humana.

A teologia agostiniana que advoga em favor do poder divino para a edificação da cidade perfeita e celestial extrapola quaisquer representações do ideal de segurança para o homem que vive da e na cidade. Em outras palavras: para se alcançar o sumo bem da Cidade de Deus é indispensável negar-se a cidade terrena, idealizada e edificada pelos homens de qualquer época. O pensamento de Santo Agostinho preconiza que “[...] o amor a Deus, levado até o desprezo por si, gerou a *cidade celeste*. [...] A cidade terrena é a cidade daqueles que vivem segundo o homem; a outra é a daqueles que vivem segundo Deus” (REALE e ANTISERI, 1990, p. 458). Fato bastante curioso é a tese desse teólogo da Igreja Católica segundo a qual as representações antagônicas das duas cidades têm sua correspondência no céu, sendo que a cidade terrenal é administrada pelas fileiras dos anjos rebeldes, ou seja, anjos decaídos. Em outras palavras, as cidades terrenas são os espaços urbanos onde habitam seres humanos que fizeram pacto com o diabo. Os que optaram por habitar a Cidade de Deus serão abençoados pela eterna salvação; os que escolheram viver nas metrópoles terrenas estarão destinados à eterna danação, ou à violenta maldição herdada do mito de Caim que matou seu irmão Abel.

A noção fatídica de que o primeiro homem – Adão – nasceu do pecado original daria margem para que a ideologia judaico-cristã cuidasse nos mínimos detalhes de uma tecelagem religiosa, por meio da "fabricação" de dogmas, da "construção" de tradições religiosas tendo como finalidade tenaz "salvar" o ser humano do "fogo eterno". O preço dessa "salvação" seria a negação total de si mesmo para se entregar por completo a Deus. A identidade, personalidade e liberdade humana deveriam ser extirpadas por inteiro, pois todo aquele que almejasse a segurança de sua alma na cidade celestial deveria, em última instância, alienar-se e dar as costas para a cidade terrena.

A teologia filosófica e moralista instituída por Santo Agostinho, através de sua obra *A Cidade de Deus*, causaria uma verdadeira reviravolta no pensamento do Ocidente, cujas consequências ainda reverberam no mundo contemporâneo. A Igreja, ora denominada de Católica Apostólica Romana, tomaria para si importante missão religiosa: disseminar, educar, domesticar e aplicar, ao longo de dezenas de séculos, o ideal de natureza apologética⁶ da cidade celestial.

⁶ Para a devida compreensão desse termo, inscreve-se, de modo resumido, a seguinte definição: “Em seu sentido negativo, a apologética designa a parte da teologia tradicional que tem por objetivo defender racionalmente a fé cristã contra todo e qualquer ataque a um de seus dogmas; em seu sentido positivo, é a parte da teologia visando mais a estabelecer, através de argumentos históricos e racionais, o fato mesmo da Revelação cristã” (JAPIASSU e MARCONDES, 1993, p. 23).

III – Os centros urbanos e seus espaços enquanto idealização de concretude da segurança e do bem comum

As cidades, de qualquer civilização, povo, em qualquer época, são documentos monumentais e fontes para investigadores de áreas diversificadas do conhecimento interpretativo e experimental. Os cientistas podem ser motivados por grande variedade de objetivos ao pesquisarem as comunidades citadinas e ou urbanas. Não obstante os inúmeros vieses que caracterizam os diferentes tipos de cidades edificadas ao longo do espaço-tempo histórico, as buscas por parte de seus habitantes pela segurança, unidade e bem comum sinalizam em direção a “[...] princípios racionais de organização urbana [que] podem ser considerados universais” (MATOS, 2004, p. 136). Daí a utilização de múltiplas formas de signos e ou de representações daquilo que por si transcende o particular ou o individual, qual seja: o universal que é transcendental⁷. Independente de se utilizarem esses signos para justificar a universalidade da ordem e da lógica urbanas, é fato que as cidades suscitam a ideia de que elas são sombras indissociáveis de todos os povos, tenham eles vivido na remota Antiguidade oriental, por exemplo, ou façam parte das massas do mundo contemporâneo. Apesar da existência de incontestáveis semelhanças entre os aglomerados urbanos em diferentes épocas do sedentarismo, as cidades têm peculiaridades próprias, tais como aspectos culturais, política administrativa, políticas de defesa e segurança contra a violência, economia, arquitetura, organização social, tecnologia, usos e costumes, etc.

No processo de evolução da civilização ocidental, tendo-se como marco a transição da Antiguidade Clássica para o início da Idade Média, defende-se a hipótese segundo a qual “[...] há mais semelhanças entre a cidade contemporânea e a cidade medieval do que entre a cidade medieval e a antiga. As funções da cidade [e] seus monumentos mudaram de tal modo que as duas [cidade antiga e medieval] não são comparáveis” (LE GOFF, 1988, p. 9). Depreende-se, pois, que a inferência dessas dessemelhanças entre a cidade medieval e a urbe antiga decorrem de um fator determinante, entre outros, na redefinição do mundo ocidental e que começou a atuar mesmo antes da queda de Roma, conforme já pontuado acima. Trata-se do triunfo dos cristãos, conforme afirmação seguinte: “Um exame franco mas judicioso do avanço e estabelecimento do cristianismo pode ser considerado parte deveras essencial da história do império romano” (GIBBON, 2003, p. 194).

Dessemelhanças e semelhanças não são de todo excludentes. Uma das preocupações capitais dos governantes de Roma, senão a mais importante, era justamente a questão militar de defesa e segurança do maior centro urbano da Antiguidade clássica. Esse ideal da cidade como local seguro para abrigar e proteger sua coletividade foi levado às últimas

⁷ Transcende tudo o que se eleva acima do convencional ou vai para além das fronteiras de algo. "Um assunto ou um problema é transcendental se sua resolução não depende apenas da lógica ou da matemática, e se está além do alcance da experiência sensível e do uso apropriado de teorias empiricamente testáveis (BLACKBURN, 1997, p. 392).

consequências e não desapareceu com a transferência inevitável do poder terreno dos césores para o domínio "celestial" dos cristãos. As muralhas de Roma certamente serviram de inspiração para o ideal medieval de cidades celestiais. Os cristãos tomariam como exemplo conhecidas técnicas para assegurar sua integridade e reforçar o processo de instauração de suas crenças. A edificação de cidades nos topos de colinas, protegidas por muros, no centro dos quais torres vigilantes foram erguidas, funcionavam como forte apelo representativo de sua ideologia. "Pontilhadas de portas, a muralha isola o espaço urbano no plano material, assegura sua defesa e permite o controle da circulação com o exterior. [...] à tarde e pela manhã, a cidade se fecha atrás de suas muralhas. A alegoria da segurança sobrevoa a cidade" (LE GOFF, 1988, p. 16). Percebe-se que o "problema" da segurança contra a violência sempre rondou aglomerados humanos: na vila, na *polis*, na urbe, nas metrópoles.

De maneiras variadas, em diferentes espaços geográficos, de conformidade com as categorias sociais e sob a auspiciosa administração clerical, as cidades medievais foram-se desenvolvendo tendo como fundamentos ideais de segurança, proteção de seus bens, manutenção da tranquilidade. Tudo isso visando o bem comum. Não é demais enfatizar que

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. [...] Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, e o roubo é severamente reprimido. [...] bela e rica, [a cidade] é também fonte de idealização: a de uma convivência harmoniosa entre as classes. [...] As ordens mendicantes denunciam as desigualdades provenientes dessa organização social urbana e desenvolvem um novo ideal: o bem comum. Mas elas não podem impedir a multiplicação dos marginais no fim da Idade Média. [...] A partir do ano 1000, a Igreja incentiva um movimento de paz, de não-violência, que responde sobretudo à aspiração das massas camponesas submetidas à violência feudal. Mas a segurança é, sobretudo, uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva. A cidade é [...] um pólo de atração de segurança. (LE GOFF, 1988, p. 71-72).

O ideal de bem comum, considerado novo na Idade Média, é um forte indício da necessidade de estratégias direcionadas para a segurança da cidade e de seus habitantes. A manifestação de violência no seio de coletividades e ou de comunidades sedentárias não é uma novidade medieval. Entretanto, é indispensável ter-se em mente que os anjos decaídos e expulsos da Cidade de Deus aos poucos retornam e vão-se infiltrando nos intramuros sob a defesa e proteção da teologia política católica. Ao incentivar "um movimento de paz", a Igreja denuncia a emergência de novas estratégias, reforçando assim o imaginário daquela paz límbico-celestial, onde homens não violentos e sem identidade ou individualidade habitam. O "desconhecido" que ronda o espaço extramuros da cidade ameaça a segurança, a tranquilidade e a harmonia pacifista do espaço intramuros. É o medo que espreita lá de fora, aguardando a oportunidade para invadir o interior da urbe e rebelar-se contra a ideologia repressora da cidade celestial, impondo mudanças impetuosas. Dá-se uma inversão de valores: a segurança vai sendo substituída pela insegurança decorrente do sentimento de medo, que passa a ser irremediavelmente urbano. "[...] hoje, o medo do perigo está no interior

da cidade e alguns bairros urbanos vivem sob forte vigilância” (LE GOFF, 1988, p. 72).

O deslocamento do perigo e insegurança do lado de fora para o espaço interino da cidade faz parte de um longo processo de mudanças na mentalidade do homem ao longo dos tempos. A ocorrência de eventos históricos – rompimentos paradigmáticos – seria indispensável para se repensar um ser humano enquanto indivíduo dotado de personalidade própria. A Renascença (séculos XV e XVI), as Grandes Descobertas decorrentes das Grandes Navegações (séculos XV e XVI), a Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, a Revolução Industrial (1750-1870), a Revolução Francesa (1789-1799), entre outros eventos de grande impacto social, contribuiriam para se fazerem releituras dos fundamentos da cidade medieval e utilizá-las como ponto de partida para o surgimento das cidades modernas.

IV – A ideologia progressista da cidade iluminada pelas luzes da razão

O postulado segundo o qual o homem deve alimentar seus ideais de modo que o raciocínio teórico se realize no exercício da prática tem suas razões e também suas "não razões". A ideologia enciclopedista, racionalista e progressista ao extremo do Século das Luzes contribuiria definitivamente para o nascimento do pensamento moderno no mundo contemporâneo. Por outro lado, os ferrenhos defensores da “luz natural” como símbolo da razão não atentaram para o fato muito importante de que a incidência das luzes pressupõe a existência oculta do espectro das sombras (MATOS, 2005; BULCÃO NETO, 2006) que a médio ou a longo prazo também se manifestarão. A ideia de mundo feito só de luzes é "irracional". A propósito, o jogo natural entre luzes e sombras resulta do equilíbrio de relações de forças, naturalmente operantes na vida social e, portanto, nas cidades (GINZBURG, 2002). O predomínio de um fenômeno sobre o outro resultaria em desequilíbrio.

O Iluminismo representou um momento na História em que o pensamento racionalista e progressista se destacou como um dos mais revolucionários na história das ideias no mundo ocidental. O século XVIII é reconhecido como o Século das Luzes por excelência. Contudo, uma breve observação sobre os antecedentes históricos que ensejaram a ocorrência da Ilustração proporcionará ao leitor melhor compreensão das razões desse tempo. As raízes desse fenômeno estendem-se à Pré-Renascença, ao Renascimento, ao nascimento do Estado moderno⁸, às Grandes Descobertas, tendo-se embrenhado no processo de ascensão das classes burguesas, nos movimentos políticos e sociais do Estado de direito no século XVII, recebendo impulso do capitalismo progressista, liberalismo, e assim por diante. Quanto ao Iluminismo propriamente dito, afirma-se que “[...] foi um movimento intelectual europeu que se constituiu de forma plena no século XVIII [...] nasceu e se desenvolveu a partir da valorização

⁸ Sem propósito para descrever o “nascimento” do Estado moderno, em um texto de limites restritos, afirma-se apenas que “Desde o Renascimento, pensadores como Thomas Hobbes, Maquiavel e Rousseau já se preocupavam em explicar o surgimento do Estado” (SILVA e SILVA, 2006, p. 116).

da 'luz natural' ou 'razão'. A razão iluminista prometeu conhecimento [...] aperfeiçoamento moral e emancipação política" (MATOS, 2005, p. 30).

Assim, o intelectualismo do século XVIII, associado ao contexto progressista de sua época, foi indispensável para definir o mundo contemporâneo. "As sociedades ocidentais dos séculos XIX e XX constituíram-se sobre esse fundamento [...], defendendo como naturais conceitos elaborados pelo *Esclarecimento*: a razão acima da fé, o progresso, o governo representativo da vontade popular, as liberdades individuais, o culto à ciência" (SILVA e SILVA, 2006, p.212). Enquanto herdeiros do cientificismo cartesiano e do mecanicismo newtoniana, os iluministas repudiaram o mito, a fé, o fanatismo e a Igreja em defesa de uma postura excessiva da razão. O "domínio" da natureza pela ciência proporcionaria a sensação de um futuro pleno de certezas. Com a Revolução Francesa (1789-1799), caiu o Antigo Regime, foi proclamada a Declaração dos Direitos Humanos e Paris passou a ocupar o vazio deixado por Roma, tornando-se o maior centro do mundo civilizado: a Cidade Luz. Sobre ela pairaria a alegoria da "Deusa Razão", com suas asas abertas para proteger a metrópole de um novo tempo.

V – Século XX e o "espetáculo" da explosão violenta das metrópoles

O ano de 1914 marcou ao mesmo tempo o apagar das luzes da *Belle Époque*⁹ (1890-1914) e o começo de um período de guerras catastróficas, de dimensões globais, que emblemariam indelevelmente o nominado "breve" século XX (HOBSBAWM, 1999). Eram as sombras do irracionalismo extremo que emergiam do inconsciente social, vindas para suscitar velhas questões que o pensamento iluminista recusou e desprezou. A I Guerra Mundial sentenciou a derrocada de certezas tidas como inabaláveis – certezas associadas ao ideal de prosperidade sem limites. Um mundo fabricado de "sonhos" sem fim desmoronava. A hipocrisia de representações teatrais das elites dominantes logo seria substituída por espetáculos de horror e sombras. "O mundo parecia não sentir os problemas graves que podiam abalar as certezas e a vitória da ciência. Na verdade, a humanidade ainda não conhecia o furor de uma guerra mundial, e a ideia do conflito parecia estar controlada pelo progresso" (FREITAS, 2004, p. 129). Não foi o que ocorreu. Entre 1914 e 1919, eclodiu a primeira catástrofe de proporções globais. De 1939 a 1945, ocorreria a II Guerra Mundial, com um poder de destruição ainda mais devastador. Londres, Paris, Varsóvia, Berlim, etc. seriam

⁹ A denominada *Belle Époque* "consoma" a trilogia produzida por Hobsbawm, denominada de "O Longo Século XIX". O trabalho desse historiador inglês começa com o livro "A Era das Revoluções 1789-1848"; na sequência, "A Era do Capital 1848-1875" e, por fim, "A Era dos Impérios 1875-1914". Nessa última obra há cinco referências feitas à *Belle Époque* (a época bela). A tradição histórica demarca o período compreendido entre 1890 e 1914 como tempo de duração para a ocorrência desse fenômeno social. Para os "[...] europeus ricos ou mesmo da mais modesta classe média [...] a *Belle Époque* foi de fato o paraíso que seria perdido após 1914" (HOBSBAWM, 1998, p. 85).

arrasadas. Já Hiroshima e Nagasaki foram literalmente varridas do mapa pela explosão de bombas atômicas que enegreceram o espaço, cobriram o sol de cinzas negras. Simbolicamente, parecia ser o ocaso aterrador das Luzes do século XVIII.

O terror bélico não apenas caracterizou a civilização do século XX como a mais violenta da história da humanidade: a aceleração evolutiva do conhecimento científico-tecnológico deu ao homem o poder e a certeza para destruir cidades e até "erradicar" toda a vida humana da face da terra. A consciência dessa verdade terrível – o avesso das certezas iluministas – surtiu efeitos preocupantes de tal modo que um estranho "novo" tempo surgiu nas mentes da espécie humana: a Era das incertezas, da desconstrução, imprevisibilidade, das massas, das metrópoles, da insegurança, violência e terror global. Na primeira metade do Novecentos, o mundo inteiro ficou em suspense pelo imaginário de que o fim da humanidade chegara. Não foi o fim. Porém, depois de 1945 se começou a questionar sobre a sanidade, integridade, segurança e violência de indivíduos que passaram a optar pela vida nos grandes centros urbanos, ou seja: as metrópoles.

Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora. [...] Entre 1960 e 1980, a população urbana do Quênia dobrou [...] Na Ásia, multiplicaram-se as cidades de muitos milhões de habitantes, em geral capitais. Seul, Teerã, Karachi, Jacarta, Manila, Nova Délhi, Bancoc, todas tinham entre 5 e 8 milhões de habitantes em 1980. [...] de longe as mais gigantescas aglomerações urbanas no fim da década de 1980 eram encontradas no Terceiro Mundo: Cairo, Cidade do México, São Paulo e Xangai, cujas populações se encontravam na casa das dezenas de milhões. [...] de modo curioso, o Velho e o Novo Mundo convergiam. A "cidade grande" típica do mundo desenvolvido tornou-se uma região de assentamentos conectados, em geral concentrados numa área ou áreas centrais de comércio ou administração reconhecíveis do ar como uma espécie de cadeia de montanhas de prédios altos e arranha-céus (HOBBSAWM, 1999, p. 288).

Grosso modo, entre os motivos para o surgimento das metrópoles, tanto do Primeiro quanto do Terceiro Mundo, citam-se a Revolução Industrial (1750-1870), a revolução nos meios de comunicação e a revolução técnico-científica no decorrer do século XIX. Entretanto, o processo crescente dessas revoluções não seria estancado pelos conflitos bélicos globais do século XX. Paradoxalmente, a indústria de guerra desenvolvida durante os grandes conflitos mundiais contribuiu enormemente para o aceleração dessas novas modalidades de revolução, ensejando o surgimento de outras, entre as quais se destacam as telecomunicações, a digitalização, microeletrônica, informática, cibernética, biotecnologia, etc. Assim, o pós-guerra e a Guerra Fria seriam fortemente caracterizados por mudanças científico-tecnológicas abruptas, permitindo o desencadeamento de uma economia globalizada, uma exacerbação dos meios de comunicação, o surgimento do "capitalismo selvagem", a emergência de uma sociedade cada vez mais ávida de consumo, a eclosão das massas. "A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários

para posterior uso civil [...] e várias ideias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra” (HOBSBAWM, 1999, p. 260).

Foi em meio a esse caudal de revoluções tanto políticas e econômicas quanto bélicas, científicas e tecnológicas que transformações socioculturais começariam na segunda metade do século XIX e eclodiriam, de modo célere, na segunda metade do século XX. Os centros urbanos, verdadeiras vitrines onde todas as ideias, inventividade e realizações humanas estão mais expostas – autênticas passarelas glamorosas sobre as quais desfilam luzes e sombras das civilizações –, sofreram metamorfoses brutais. “A cidade não pode mais ser entendida como uma necessidade de sobrevivência e de proteção. O próprio avanço da violência nos grandes centros urbanos contemporâneos tem contrariado a idéia que associa o ‘urbano’ ao polido, civilizado e cortês” (SILVA e SILVA, 2006, p. 54). O fenômeno da urbanidade no mundo de hoje é motivo de preocupações as mais diversas. A sustentabilidade dos espaços geográficos que as cidades invadem sem controle encabeça essas preocupações.

Vivemos em cidades. Pequenas, médias, grande; às vezes, megalópoles. Entre o aglomerado de casas à beira da estrada – que só os moradores locais se atreveriam a denominar de *cidade* – e os indescritíveis núcleos urbanos que, em muitos pontos do planeta, ultrapassam os dez milhões de habitantes, o fenômeno impõe-se à vida contemporânea e, na sua complexidade, não deixa de ser uma preocupação teórica recente (GASTAL, 2006, p. 7).

Na esteira de preocupações decorrentes dessas metamorfoses avassaladoras, o Estado moderno, enquanto conjunto de aspirações de uma Nação politicamente organizada, perde sua credibilidade, tornando-se corrupto e exercitando a prática legal da violência por meio de forte controle da sociedade. O descaso para com políticas sociais, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, foi uma constante no século XX. A ineficiência de políticas orientadas para a segurança pública tem contribuído para o aumento da violência nas metrópoles. Estas se tornam cada vez mais um lugar menos seguro para se viver. Em cidades como Rio de Janeiro, o terror do crime organizado faz parte do cotidiano de pessoas que são forçadas a conviver com o avesso do tão propalado bem-estar social que o Estado, por obrigação, deveria oferecer. Deve-se ter em mente que o Estado é composto de aparatos diversos administrados por pessoas que representam o povo. É fato constitucional que o poder do Estado democrático de direito vem do povo. Quanto à violência, pode-se afirmar que é também uma forma de poder, pelo avesso, decorrente também das relações entre pessoas. É relevante lembrar que “Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais [...] eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo” (ARENDDT, 2001, p. 60). No Brasil, a pouca credibilidade das políticas públicas voltadas para a educação, em nível fundamental e médio, contribui para que parcela dos “negócios humanos” tendam para a geração e práticas de violência nos centros urbanos.

No ambíguo processo de globalização econômica do mundo, existe um tipo de violência que atua nos bastidores da máquina estatal: é o denominado “capitalismo anárquico”. Fala-se hoje de um Estado pós-moderno, economicamente dependente do “terceiro setor”, isto é, do capital empresarial mundial e especulativo.

Os Estados-nações precisam agora atuar num mundo no qual todas as opções são incertas. [...] Os governos nacionais encontram-se em ambientes não apenas de risco, mas de incerteza absoluta. [...] estão numa situação em que mesmo o pequeno leque de opções disponível é incerto. A redução da influência dos Estados soberanos é [...] sintoma de uma tendência mais ampla, em que os poderes concentrados nas instituições do Estado nos primórdios dos tempos modernos tornaram-se dispersos e fracos. Até mesmo o poder de declarar e terminar guerras por ter um monopólio concentrado das forças armadas, o que sempre definiu a soberania do Estado, não pertence mais a ele inequivocamente (GRAY, 1999, p. 101).

Vive-se num mundo violentado pelas ameaças das metrópoles pós-modernas. Em geral, elas representam o lugar menos seguro para indivíduos cada vez menos detentores de identidade e de autonomia habitarem. “Existir significa agora estar despojado da essência e trazer no corpo, como propriedade primordial, a carência do ser. Por isso os homens [das metrópoles] parecem agora parasitas do ser, condenados a sentir inveja e ansiar pela sua substancialidade” (SLOTERDIJK, 2002, p. 21). Diferentemente da violência “arcaica”, convive-se com a violência da ainda mal definida Era Pós-moderna. O esfacelamento dos tempos de certezas obriga o homem hiper-urbano transcender a razão iluminista, em busca de compreensão da realidade do mundo natural encarcerado dentro da hiper-realidade de mundos metropolitanos virtuais – centros mega-urbanos movendo-se dentro do ciberespaço. “Nossa violência, a produzida por nossa hipermodernidade, é o terror. É uma violência-simulacro: bem mais que a da paixão, ela surge da tela, é de natureza idêntica à das imagens. A violência está latente no vazio da tela” (BAUDRILLARD, 2006, p. 83).

O indivíduo hipermoderno está dentro do contexto pós-moderno e não pode ser compreendido fora do aparato revolucionário das tecnologias que emergem de modo ininterrupto. O mundo digitalizado se reproduz a todo instante, arrolando as massas das cidades para os inumeráveis redutos do consumismo sem freios. Ao adentrar nesse viés do cotidiano citadino, o ser humano está sujeito a prisões alienantes quando envereda pelos meandros sombrios do ciberespaço, ou adentra no “vazio da tela” digital, sendo hipnotizado na medida em que sua presença ontológica (consciência, discernimento, o saber de quem “sabe que sabe”) é devassada pelos simulacros (aparências enganosas) que podem alterar o estado de sua “presença” para o de uma temerosa “ausência” (as sombras do inconsciente, a paixão narcísica, a dependência digital). Nesta instância, coloca-se em questão o significado do que seja Hipermodernidade. Em certa medida, uma concepção de Hipermodernidade seria a exacerbação de Pós-Modernidade, que por sua vez seria a exasperação da Modernidade. Assim, uma compreensão de “indivíduo hipermoderno” perpassa pela gradação dessas

mudanças temporais. Nesse sentido, importa esclarecer o seguinte:

[...] ao classificar este indivíduo como **hipermoderno**, diferenciando-o do conceito de **pós-moderno**, vamos ao encontro da tese [segundo a qual] os princípios constitutivos da modernidade – racionalidade técnica, economia de mercado, democratização do espaço público e **extensão da lógica individualista** – não foram rompidos, mas estão sim **radicalizados** (GONÇALVES, 2011, p. 328-329, grifo nosso).

A radicalização, ou exasperação da Modernidade, seja na forma "produtiva" de Pós-Modernidade ou Hipermodernidade, sinaliza no sentido de se fazerem reflexões e ou novas leituras de uma das mais extraordinárias criações humanas: a invenção dos aglomerados urbanos – da urbe que se transforma em metrópoles, megalópoles ou mega-cidade. No mundo de hoje, assiste-se à proliferação do que Mumford (2008) alcunhou de "inferno paleotécnico". As metrópoles de hoje fazem parte da aldeia industrial global: elas configuram uma espécie de "caos padronizado", contribuindo diretamente para desestabilizar os espaços geográficos, ensejar crises socioambientais, agigantar a cidade horizontal e verticalmente. A devastação urbana preocupa e ameaça a vida de todos os animais, incluindo a dos homens. Estes são literalmente "devoradores" do espaço geográfico (MUMFORD, 2008). As cidades do século XXI são a continuidade próxima e imediata do modelo de cidades do século XX. Neste início de "novo milênio" e de século, as transformações das cidades aceleram cada vez mais em direção às práticas da segregação e da banalização dos espaços geográficos (FERREIRA, 2011). Em face da realidade concreta desses fenômenos urbanos, a perda de controle sobre o modelo expansionista de metrópoles a que os seres humanos (e seres vivos em geral) estão sujeitos é preocupante na atualidade.

Vivemos numa época em que os processos cada vez mais automáticos de produção e expansão urbana removeram as metas humanas a que deveriam servir. A produção quantitativa, para os nossos contemporâneos que raciocinam em termos de massa, tornou-se a única meta imperativa: para eles, tem mais valor a quantificação do que a qualificação. [...] Essas atividades, à medida que aumentam em volume e ritmo, afastam-se cada vez mais de quaisquer objetivos humanamente desejáveis. Em consequência, está a espécie humana ameaçada de inundações muito mais formidáveis do que aquelas que o homem antigo aprendera a enfrentar (MUMFORD, 2008, p. 679).

Isto posto, é mister lembrar que os espaços geográficos vêm sendo remanejados desde os tempos em que o homem passou a ser sedentário. Igualmente, a produção de tecnologias para facilitar a manufatura e o manuseio de objetos pelo homem é muito anterior ao surgimento do pensamento científico (como o da

Antiguidade clássica, por exemplo). A Revolução Industrial (1750-1870), as revoluções científicas da segunda metade do século XIX e, sobretudo, as revoluções científico-tecnológicas ocorridas ao longo do denominado "breve século XX" de Hobsbawm (1999) contribuiriam, de modo incisivo, definitivo e irreversível, para a automatização não somente dos processos e meios de produção, mas também para automatizar todos os segmentos do cotidiano. As massas são, por excelência, tributárias e ou contribuintes diretas que alimentam todos os tipos de produção de bens técnicos, o que, por seu turno, fermentam a geração das tecnópoles¹⁰. A automatização da civilização no Novecentos e neste início de século XXI tem contribuído para a geração de inestimáveis benefícios, como a agilidade nos meios de comunicação, por exemplo. Não obstante, a ideia segundo a qual em tempos de capitalismo desenfreado o consumismo não tem limites representa a outra face da moeda, cujas consequências a curto prazo não se tem como calcular. O consumismo desenfreado contribui hoje, entre outras consequências, para uma produção de lixo jamais conhecida na história do homem. Em decorrência desse tipo de procedimento, os recursos naturais disponíveis para que haja sustentabilidade no Planeta Terra estão se esgotando com rapidez assustadora (FELIPE, 2012).

No que se refere às "ameaças formidáveis" a que a espécie humana (e toda vida no e em torno do planeta) está sujeita, as cidades são as maiores promotoras dessas ameaças. Segundo dados do Relatório de 2014, levantados pela Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1990 havia no planeta 10 "mega-cidades", cada uma com 10 ou mais milhões de habitantes. Em 2014, esse número quase triplicou, ou seja: de 10 passou para 28 o número de "mega-cidades". Há tempos que a população urbana vem crescendo inexoravelmente, superando a população rural de modo rápido. "Hoje, 54 por cento da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que se espera venha a aumentar para 66 por cento em 2050" (RELATÓRIO DA ONU, 2014, p. 1). Daí o fato preocupante com questões relacionadas à automatização, atomização e desumanização progressiva nas grandes cidades – as metrópoles, megalópoles ou "mega-cidades".

¹⁰ A despeito de esse termo não ser utilizado com a frequência e popularidade do termo metrópoles, ele faz parte do ideário voltado para a definição de grandes centros urbanos automatizados (centros urbanos de excelência). A tecnópole é um "[...] grande centro urbano que dispõe de grande potencial de ensino e pesquisa, favorável ao desenvolvimento das indústrias de ponta" (HOUAISS, 2001, p. 2683). Assim, infere-se que todas as metrópoles são também tecnópoles. Se as massas são o "chão" sobre o qual as metrópoles se assentam, as tecnópoles representam o meio mais apropriado do consumismo tecnológico. As tecnologias de ponta, como os aparelhos de telefonia móvel – o celular – são fetiches das massas vivendo nas tecnópoles.

VI – Considerações finais

As cidades, não há como negar, continuam a desafiar o tempo e a História. Suas mudanças, lentas no passado distante e céleres no presente instantâneo, continuam, mais do que nunca, sendo objeto de grande interesse de pesquisadores de áreas diversas do conhecimento. Conhecendo-se melhor os espaços urbanos, seus habitantes, as relações destes com o meio em que vivem, é possível encontrar novos caminhos. O conhecer os problemas urbanos pressupõe a tomada de nova consciência por parte de cada sujeito ou ator cidadão. Esse conhecer – não estático, mas mutante – surge a partir de estudos sobre os cotidianos das cidades: de suas múltiplas representações, alegorias, fantasias. O imaginário da cidade antiga não se dissolveu ao longo dos séculos, como é de se imaginar. Pacificidade e violência são, respeitadas os domínios socioculturais e político-econômicos de cada época, vieses ontológicos inerentes aos seres humanos. Mudanças das cidades no tempo são representações do que as civilizações "pensaram" e continuam pensando hoje. Não é o pensamento que deve ser "substituído", mas a descoberta de novos métodos e de experiências de suas práticas sujeitas a mudanças paradigmáticas.

O ideário da cidade antiga perfeita, onde a segurança e a tranquilidade de seus habitantes deveriam ser garantidas, continua no imaginário dos cidadãos de hoje. Se “[...] a metrópole dos dias atuais chegou ao seu clímax, marcando o término de uma experiência urbana” (RAMINELLI, 1997, p. 191), certamente haverá espaços para novas experiências cidadinas, ou urbanas. Deve-se ter em mente que o ideal de cidade agostiniano perdurou na cultura da civilização ocidental por mais de um milênio, em diferentes contextos históricos, mas não foi esquecido por completo. Com a tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, a população miserável e faminta da França assentava na terra a *cidade celestial*, buscando assim transpor o poder divino do âmbito celestial para o terreal: eis o renascer desse imaginário nos fundamentos de um novo Estado baseado na razão. Não obstante esse grande acontecimento na história da civilização ocidental, a Cidade de Deus sobreviveu, em sua forma fantasmagórica, até a queda catastrófica das Torres Gêmeas de Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001. A "morte de Deus" possibilitava ao homem ser "deus". O século XXI nascia com o terror da hipermodernidade.

Se as metrópoles realmente perderam a razão de existirem, isso não significa que suas multidões, suas massas humanas, deixaram de sonhar, de fantasiar o gozo para viverem nelas e por elas. Simultaneamente representações de madrastas devoradoras e de mães acolhedoras, os resultados das pesquisas levadas a termo pela Organização das Nações

Unidas – ONU apontam que as metrópoles estão longe de desaparecerem da face da terra. Se o "futuro é agora", se a História é do "tempo presente", ainda assim, nenhuma receita existe nos "caminhos", nas "veredas" de historiadores atentos aos fenômenos parcialmente perceptíveis e apreendidos das cidades no tempo histórico.

Nome do autor: José Mauriene Araújo Felipe

Atuação profissional: pesquisador, escritor e professor de História;
pesquisador, escritor e professor de Língua Inglesa.

Titulação: Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará – UFCE; Pós-Graduado em História Social e Mestre em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação (PPGHis) da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais; Pós-Graduado em Língua Inglesa pelo Departamento de Línguas e Letras (DLL) – UFES; Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo PPGHis-UFES.

Endereço eletrônico: felipemauriene@gmail.com

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. **A transparência do mal**: Ensaio sobre os fenômenos extremos. 9ª ed. Campinas: Papyrus Editora, 2006.

BEZERRA, Katharyne. **Homo sapiens sapiens**. 2015. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/homo-sapiens-sapiens/>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Tradução Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

BULCÃO NETO, Manoel Soares. **Sombras do iluminismo**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 45-59.

CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. **Roma**: legado de um império. v. 1. Tradução de Maria Emília Vidigal. Madrid: Edições Del Prado, 1996.

CROUZET, Maurice (Org.). **O Oriente e a Grécia Antiga**. V. II. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

DROWER, Margaret S. Um reino governado por faraós divinos. In: **Seleções do Reader's Digest – História do Homem nos últimos dois milhões de anos**. Lisboa: Gráfica Santelmo Lda., 1975, p. 60-71.

FELIPE, José Mauriene Araújo. A Era do lixo: breve estudo sobre a "sujeira" no mundo pós-moderno. In: FELIPE, J. M. Araújo; FAGUNDES, D. Amity; VIEIRA, V. L. de Souza (Org.). **História, meio ambiente e educação ambiental: contextos e desafios**. Visconde do Rio Branco-MG: Editora Suprema, 2012. p. 249-308.

FERREIRA, Alvaro. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FREITAS, A. O. de. O Rio de Janeiro da Belle Époque e suas contradições na tentativa de tornar-se um ícone dos novos tempos. In: FRANCO, S. P.; SILVA, G. V. da.; LARANJA, A. L. (Org.). **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor & Cultura, 2004. p. 129-140.

GASTAL, Susana. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas, SP: Papirus Editora, 2006 (Coleção Turismo).

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano** – Edição abreviada. Tradução de Dero A. Saunders. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Marco Antonio. Indivíduo hipermoderno e consumo. In: VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, 2011, São Carlos. **Anais...** São Carlos, SP, 2011. p. 327-336.

GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GRIMAL, Pierre. **A civilização romana**. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1984.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios 1875-1914**. 5ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Era dos Extremos** – O breve século XX: 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

JULIANA. **O surgimento do homo sapiens**. Grupo Escolar, 2016. Disponível em: <<http://www.grupoescolar.com/pesquisa/surgimento-do-homo-sapiens.html>>. Acesso em: 25 set. 2016.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

MATOS, Maria I. S. de. Cidade/Experiências urbanas. In: SILVA, Francisco C. T. da. (Org.).

Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 136-137.

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt:** luzes e sombras do Iluminismo. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 5ª ed. Tradução de Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050.** 2014. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundi-al-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>>. Acesso em: 28 set. 2016.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 185-202.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da filosofia – Antiguidade e Idade Média.** v. I, 3ª ed. São Paulo: PAULUS, 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SLOTEDIJK, Peter. **Se a Europa despertar:** reflexões sobre o programa de uma potência mundial ao final da era de sua letargia política. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.